

Para discorrer sobre a questão dos moradores em situação de rua, um clássico da literatura pode ser recuperado – trata-se de “Os miseráveis”, do pensador francês Victor Hugo. Jean Valjean, o miserável protagonista, que dorme ao relento, é acolhido pelo bispo Bienvenu, que lhe oferece pouso e refeição. Infelizmente, à parte a boa literatura do século 19, o Brasil enfrenta diversos problemas socioeconômicos, entre os quais a vulnerabilidade das pessoas desalojadas. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a todos os brasileiros o direito à moradia, isso, em grande parte, não passa de formalidade, haja vista o fluxo de milhões de pessoas às margens da assistência social. As origens desse grave quadro dizem respeito à desigualdade estrutural, cujas motivações remontam a capítulos do Brasil colônia. Assim, para modificar os ranços históricos, é preciso intervenção estatal, sob pena de retrocessos irreparáveis.

Nesse sentido, é importante reconhecer o fato de o país não ser capaz de cumprir o texto constitucional: entre tantas violações aos direitos humanos, a falta de moradia é fator que expõe a ineficiência das políticas públicas e a evidente omissão do Estado. Em todo o território nacional, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), são mais de 220 mil pessoas em situação de rua – apesar de expressiva, essa marginalização parece não incomodar o Poder Público, cujos olhos estão voltados para os próprios interesses, o que faz com que a desigualdade social, característica do capitalismo, perdure.

É preciso considerar também que tudo isso é reflexo de um processo histórico. À época do Brasil colonial, houve significativa distribuição de riqueza a poucos, o que condenou um sem-número de nativos à quase mendicância. Essa disparidade foi elemento decisivo na formação do Brasil pós-Independência e pós-Abolição, em que as disparidades sociais se tornaram mais sensíveis, culminando na invisibilidade das pessoas em situação de rua, completamente às margens da dignidade humana. É lamentável anotar que, mais de 150 anos depois de Jean Valjean, por faltarem políticas afirmativas de acolhimento aos desvalidos sociais, ainda há cenários, os mais cruéis, para enredos de farta e legítima denúncia social.

Portanto, para resolver a questão dos moradores em situação de rua, é preciso que os cidadãos brasileiros – os quais são, a um só tempo, contribuintes e eleitores – sejam mais engajados no processo político, para não só escolherem, como também fiscalizarem melhor a atuação dos seus representantes, haja vista o fato de que às Casas Legislativas competem apresentar, discutir e viabilizar projetos que contemplem o bem-estar de todos os brasileiros. Isso deve ser feito por meio da participação da sociedade civil em audiências públicas, ocasião em que também é possível apoiar ou contestar medidas ali apresentadas. É tempo de sociedade civil e Poder Público mobilizarem-se em favor dos moradores em situação de rua, a fim de que sejam inseridos em capítulos mais humanos e racionais da História do Brasil.

Por Gislaine Buosi

Confira a análise estrutural da dissertação:

[Apresentação do tema, com repertórios socioculturais próprios;](#)

[Síntese do primeiro argumento;](#)

[Síntese do segundo argumento;](#)

[Tese, que acena à intervenção](#)

[Desenvolvimento do primeiro argumento;](#)

[Desenvolvimento do segundo argumento;](#)

[Proposta de intervenção social.](#)